

Projeto de Pesquisa: PVB17665-2023 - Construindo Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão Territorial e Ambiental Potiguara

Centro: CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (CCHLA)

Departamento: CCHLA - DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Tipo de Bolsa: A DEFINIR

Direcionamento(s) do plano: Alunos em vulnerabilidade sócio-econômica

Status do Plano: APROVADO

Edital: 2024/2025 - PIBIC/PIBIT/UFPB/CNPq - EDITAL 01/2024/PROPESQ SELEÇÃO DE PROJETOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Cota: 2024-2025 PIBIC-CNPQ-UFPB (01/09/2024 a 31/08/2025)

ÁREA DE CONHECIMENTO

Grande Área: Ciências Humanas

Área: Antropologia

Subárea: Etnologia Indígena

Especialidade:

CORPO DO PLANO DE TRABALHO

Título

Cartografia Social como subsídio para a elaboração do PGTA Potiguara – Aldeia São Francisco

Title

Social Cartography as a subsidy for the preparation of the PGTA Potiguara – Aldeia São Francisco

Introdução e Justificativa

O retorno do Brasil ao cenário mundial como protagonista central na cena ambiental ocorre simbólica e efetivamente na 27ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP27) iniciada no dia 6/11/2022 no Egito onde o Presidente recém eleito Luís Inácio Lula da Silva participa a convite do presidente egípcio, antes mesmo da sua posse. O futuro presidente em seu discurso de abertura firma compromissos com a agenda ambiental indissociável da pobreza social, foi aplaudido de pé. Simultaneamente anuncia a criação do Ministério dos Povos Originários reafirmando seu compromisso com a autodeterminação dos povos e com a participação indígena na governança política nacional. Os compromissos do futuro governo com a agenda socioambiental configura um contexto político favorável, assim como, a criação do supracitado Ministério à elaboração dos Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), principal instrumento da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PNGATI) que entra em vigor no ano 2012 via Decreto nº 7.747/2012 – fruto de uma articulação interministerial (GTI), iniciada em 2008 reunindo Ministério do Meio Ambiente (MA), Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e representantes da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), instituindo a PNGATI a ser executada mediante o Plano de Gestão Territorial e Ambiental Indígena (PGTA). A PNGATI, fruto desta articulação é uma resposta à pressão dos movimentos ambientalistas, das populações ditas tradicionais e dos povos indígenas, e da explícita constatação de

que preservam seus biomas e defendem seus territórios de ameaças externas a partir de suas tradições. Trata-se de uma norma jurídica cuja finalidade é a defesa das Terras Indígenas (TIs), o respeito à cultura e à memória dos povos e sua reprodução física e cultural, inclusive em áreas de sobreposição com Unidades de Conservação (UC).
Podemos citar exemplos de alguns PGTA 'S já efetivados entre os anos de 2015 e 2019: Terra Indígena Alto do Rio Negro, Terra Indígena Kaxinawá, Terras Indígenas Parque do Tumucumaque e Rio Paru D'Este, Território Indígena do Xingu, Terra Indígena Zo'é, Terra Indígena Tremembé da Barra de Mundaú. Após a paralisação de ações e de financiamentos aos PGTA 's na gestão Bolsonaro, em 2023, o Ministério dos Povos Originários retoma o processo de consultas aos povos indígenas para a realização do PGTA em Mato Grosso do Sul. Em janeiro de 2024, a FUNAI e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) lançaram convite para apresentação de propostas direcionadas à construção de Instrumentos de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas (IGATIS).
No Litoral Norte da Paraíba, diante da emergência de conflitos fundiários e socioambientais protagonizados por indígenas Potiguara e usineiros em torno do plantio da cana-de-açúcar em Terra Indígena (TI) ganharam visibilidade as questões acerca dos usos sustentável do território, e, simultaneamente, explicita-se a necessidade imediata da elaboração do PGTA Potiguara previsto em lei e demandado pelo Ministério Público Federal do Estado da Paraíba (MPFPB) mediante Termo de Ajuste de Conduta (TAC nº36/2017). Este Plano de Trabalho direcionado aos estudantes indígenas potiguara é uma contribuição à elaboração do PGTA, a partir da aldeia São Francisco, situada no município da Baía da Traição. Neste caso, o Plano de Trabalho propõe a aproximação etnográfica junto à aldeia São Francisco considerada aldeia mãe do povo potiguara e a realização de ciclos de cartografia social. Segundo VIANNA (2008), desde a década de 1990, populações tradicionais têm sido chamadas para participar dos processos de construção de mapas envolvendo organizações não governamentais, governamentais e universidades em várias partes do mundo. Neste contexto, mapas Sociais desenhados pela comunidade, a partir do conhecimento tradicional, de suas cosmovisões, tem uma potência política e são contraponto ao mapeamento "oficial", "institucional" que predominou historicamente para delimitar territórios e construção de políticas públicas, compondo uma agenda colonial, e posteriormente uma agenda desenvolvimentista levadas a cabo pelos Estados Nacionais. A "nova" (ALMEIDA, 2013) cartografia social como contraponto à cartografia institucional visa o desenho dos mapas sociais por indígenas que a partir de suas cosmovisões (LENKERSDORF, 2002) e orientação decolonial (DUSSEL, 2000) representam nos mapas o seu território étnico: suas atividades econômicas, moradias, espaços sagrados e pontos de conflitos socioambientais. Os mapas são passos iniciais para a elaboração do PGTA, além de serem processados e trabalhados em ambiente de Sistema de Informação Geográfica participativo (SIGp) (IWAMA; GONÇALVES, 2022) podendo ser acionados como novos campos de afirmação étnica.
 O presente Plano de Trabalho está inserido no âmbito do projeto de pesquisa "Construindo Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do PGTA Potiguara" patrocinado pelo CNPq, problematizamos os dilemas na elaboração do PGTA na TI Potiguara. Hipótese preliminar do estudo sinaliza o PGTA como potente instrumento de luta política em defesa do território e de seus recursos ecossistêmicos. Ações extensionistas realizadas desde 2018 no âmbito do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Cultura, Sociedade & Ambiente (GIPCSA/PPGA/UFPB), constata graves ameaças à TI Potiguara, dentre elas, a cana-de-açúcar. Neste sentido, observamos inicialmente no contexto local que os dilemas na construção do PGTA residem nas contradições entre interesses de mercado e a preservação ambiental, no contexto macropolítico detectamos visibilidade insuficiente dos povos indígenas do Nordeste e de recurso financeiros. Nesta perspectiva o presente plano de trabalho com foco etnográfico na aldeia São Francisco tem como questão problema os dilemas na construção do PGTA previsto em lei para toda Terra Indígena e demandada pelo MPFPB. Simultaneamente, a confirmação ou não de nossa hipótese de trabalho a partir da perspectiva da comunidade da aldeia São Francisco. Importante mencionar, que ações em direção ao PGTA foram acordadas em plenária com o cacique geral e demais lideranças indígenas. Parcerias estão sendo institucionalizadas com a Funai-JP, institucionalizadas com a Universidade de Los Lagos-Chile; Ciesas-MX, Fiocruz-OTSS.
O plano de trabalho associado ao projeto representa um esforço de articular, ensino, pesquisa e extensão. Nesta direção, uma disciplina na graduação e pós graduação estão sendo ofertadas no próximo semestre, com conteúdo similar, discutindo: direitos indígenas, direito ambiental, antropoceno, decolonialidade, etnografia e cartografia social, no âmbito da luta política indígena. Temáticas como cartografia social, PGTA, organização indígena, estudantes indígenas, PET indígena estão sendo discutidas no nosso grupo

de estudo, quinzenalmente e cadastrados no sig eventos.
<https://www.instagram.com/stories/gipcsa/3362050361197891158?igsh=d3MzaG5rdWZuczZn>. Este estudo representa um avanço no estado da arte dos estudos em etnologia indígena do Nordeste a partir da temática socioambiental. Temos como proposta de futuro, formar indígenas e não indígenas na elaboração do PGTA.

Objetivos

Objetivo geral: Organização e coordenação de ciclos - oficinas de cartografia social na aldeia São Francisco a partir de uma perspectiva etnográfica com foco na elaboração do PGTA.
Objetivos específicos
Articulação com as lideranças locais
Sensibilização da comunidade para o empreendimento
Organização da logística para a realização das Oficinas
Tais ações terão o apoio do Grupo de Pesquisa composto por discentes da graduação e pós graduação de várias áreas do conhecimento

Metodologia

A metodologia adota uma perspectiva etnográfica (GONÇALVES, 2016), baseada no trabalho de campo na aldeia, observação in loco, distanciamento crítica da cultura (se tratando de indígena potiguara), descrição detalhada do fenômeno a ser analisado, entrevistas com a comunidade e lideranças e a aplicação de Oficinas de Cartografia Social focando o desenho dos mapas sociais tendo como contexto (GEERTZ) as cosmovisões indígenas.
1. Mapeamento da bibliografia sobre cartografia social, conflitos socioambientais e produção de Pgtas;
2. Levantamento de dados do IBGE indígena;
3. Levantamento do processo de territorialização da aldeia;
4. Aplicação da metodologia dos mapas sociais – ciclos (oficinas) de cartografia social;
5. Realização de entrevistas com a comunidade e lideranças a fim de apreender as representações sobre o território, a preservação ambiental e o Plano de Gestão;
6. Produção de mapas de histórias (story maps) a ser disponibilizado em plataforma adequada, e
7. Digitalização dos mapas sociais e depositados no site <https://gipcsa.wixsite.com/ufpb> disponíveis à comunidade, instituições e público em geral
8. Retorno à aldeia para divulgação e discussão dos resultados da pesquisa

Referências

ALMEIDA, W. Nova Cartografia Social: territorialidades específicas e politização da consciência das fronteiras IN: Almeida, W; Junior, E. (orgs) Povos e comunidades tradicionais: nova cartografia social: Manaus, UEA Edições, 2013.
BRAGA, Julia; IWAMA, Allan; GONÇALVES, Alicia. Sistema de Informação Geográfica (SIG) participativo e mapas sociais na TI Potiguara: fortalecendo instrumentos para o Plano de Gestão Territorial Ambiental – PGTA. Relatório Final, PROEX, UFPB, 2023.
BRASIL. Decreto n. 7.747, de 5 de jun. de 2012. Dispõe sobre a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI). Brasília, DF, 2012.
BRASIL. Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta (TAC) nº36/2017, de 06 de dez. de 2017. Procuradoria da República na Paraíba. João Pessoa, p. 1-9, dez. 2017.
DUSSEL, Enrique. Europa, modernidad y eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo; CASTRO-GÓMEZ, Santiago. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latinoamericanas. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales-CLACSO, 2000. p. 39-51.
GONÇALVES, Alicia. Mapas Sociais: Subsídios para a elaboração do Plano de Gestão territorial e ambiental potiguara. In: Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, v12, n 23. Pp 104 – 127. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/11226/pdf>.
_____. Diálogo de saberes. Em direção ao PGTA Potiguara? Entrevista com Tuxaua Nathan Galdino Potiguara. Revista de Ciências Sociais Política & Trabalho. N. 59, julho/dez.2023. p250-261. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/67729/38964>. Acesso em 18 fev.2024.
_____. Etnografia, etnologia & teoria antropológica. Revista Política & Trabalho, n 44, jan/jun, 2016, p 247-261.
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO, COORDENAÇÃO GERAL DE GESTÃO AMBIENTAL (Org.) Orientação para Elaboração. Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília, FUNAI, 2013.
GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas.

Rio de Janeiro, LTC, 2008.
Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC). Quanto custa para tirar um PGTA do papel? Possibilidades de financiamento para os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas. Brasília (DF), 2021.
LENKERSDORF, Carlos. Filosofar en clave tojolabal. Mexico City: Miguel Ángel Porrúa, 2002.
MOONEM, Franz; MAIA, Luciano Mariz. Etnohistória dos índios Potiguara. João Pessoa: Procuradoria da República na Paraíba, 1992.
VIANNA, Aurélio. Apresentação. IN: ACSELRAD, Henri (Org.). Cartografias Sociais e Território. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional, 2008. P. 5-7.

